

Sexta, sábado e domingo

# A Festa do «Avante!» no Alto da Ajuda



A imagem é de 1982. Este ano também vai estar muita gente, mas como todos irão verificar, a Festa nunca é a mesma — e, este ano, muito menos o será!

## Comício

Domingo, às 17 e 30, no Palco 25 de Abril  
com Álvaro Cunhal e Dias Lourenço

Suplemento

1983

### festa do Avante!



**NOVIDADES  
SOBRE O  
PROGRAMA  
DA FESTA**

*Espectáculos  
Colóquios  
Exposições*

De página 3 à página 11

Até à última hora há sempre coisas novas para dizer sobre a Festa. Sobre o programa dos espectáculos, mas não só. É o que fazemos nesta edição, nomeadamente no Suplemento, onde o leitor encontrará novos e aliciantes motivos para, de amanhã até domingo, no Alto da Ajuda, dizer para o amigo do lado: «**Valeu a pena!**»

## Os 100 dias negros do Governo PS-PSD

Ler Editorial na pág. 2 e nota da SIP na pág. 3

## Os artistas da Festa

# SEMANA

31  
Quarta-feira

O PCP acusa a Confederação Industrial Portuguesa de hipocrisia e cinismo ao levantar de novo a questão das indemnizações aos grandes accionistas das empresas que foram nacionalizadas, numa altura em que milhares de trabalhadores não recebem salários e têm os empregos ameaçados. ■ Vitor Crespo, do PSD, defende a mobilização civil dos desempregados para trabalho gratuito para o Governo. ■ Trabalhadores da Gelmar manifestam-se no Rossio contra medidas do Governo aplicadas à empresa. ■ Seis partidos de esquerda anunciam na Argentina que apoiarão o candidato peronista às eleições presidenciais de Outubro. ■ Estaciona no litoral do Líbano uma força naval norte-americana para «intimidar» as forças progressistas libanesas. ■ Realiza-se em Luanda o funeral de Ilídio Machado, um dos fundadores do MPLA.

1  
Quinta-feira



Luta pela Paz

Entram em vigor as novas tarifas dos transportes públicos que sofreram um aumento médio de 30 por cento; o brutal agravamento do custo de vida é denunciado em Lisboa por dirigentes e activistas sindicais. ■ Trabalhadores da Setenave comemoram o oitavo aniversário da nacionalização da empresa, enquanto o governo confirma a decisão de a destruir. ■ E comemorado em todo o país o Dia Internacional da Paz, por iniciativa da CGTP. ■ Senadores norte-americanos exigem ao governo de Reagan a retirada imediata dos «marines» que se encontram no Líbano. ■ Pacifistas da RFA iniciam bloqueio da base aérea de Müllangen para impedir a instalação de mísseis americanos. ■ A URSS protesta contra a campanha anti-soviética lançada pelos EUA a pretexto do desaparecimento de um avião sul-coreano.

2  
Sexta-feira

A CGTP-IN solicita ao Governo a prorrogação por trinta dias do prazo de discussão da lei sobre a suspensão dos contratos de trabalho. ■ Os jornalistas de «A Capital» exigem em plenário o pagamento de salários e repudiam a privatização do jornal. ■ Lucas Pires, do CDS, admite a possibilidade do seu partido apoiar Freitas do Amaral para a Presidência da República, embora sem excluir a candidatura de um militar. ■ O presidente do Banco Central do Brasil demite-se por não concordar com os compromissos impostos pelo FMI. ■ A URSS desmente ter abatido o avião sul-coreano desaparecido no mar do Japão e acusa os EUA de provocação. ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Yitzhak Shamir, reúne o apoio do Likud para suceder a Begin.

3  
Sábado

Mário Soares, que demagogicamente pretende inaugurar na Nazaré o porto de abrigo que só estará pronto em 1985, chegando ali de barco, não conseguiu desembarcar devido às vagas de seis metros ali registadas. ■ Os trabalhadores da indústria naval acusam o Governo de estar a conduzir o sector para uma situação de rotura. ■ O MDP/CDE considera demagógica a consulta governamental às autarquias para alterações à lei sobre o Poder Local dado que o prazo anunciado para tal é incompatível com a periodicidade das reuniões daqueles órgãos. ■ Um representante da Fretilin em Luanda afirma que a Indonésia prepara uma nova operação militar de envergadura em Timor-Leste. ■ O Conselho de Segurança da ONU adia debates sobre o desaparecimento do avião sul-coreano no Mar do Japão. ■ Os EUA suspendem sem explicações a visita que o subsecretário de Estado Moley devia efectuar à Nicarágua.

4  
Domingo



Eleições em Vizeia

eleições autárquicas em Vizeia dão vitória ao PS, que no entanto perde mil e duzentos votos em relação a Abril; a APU ganha seis mandatos e mais do que duplica a sua votação em relação às últimas autárquicas. Os vizeenses ignoraram os órgãos autárquicos de Guimarães abstendo-se. ■ O ministro do Trabalho anuncia no Minho que o Governo prepara para o Outono novo pacote legislativo que inclui a revisão das leis do Trabalho e da Greve. ■ A França reforça as suas forças de intervenção de luta anti-tanque. ■ Os guerrilheiros salvadoreños atacam a terceira cidade mais importante de El Salvador. ■ É inaugurada em Bissau a reunião de especialistas da UNESCO sobre a participação da mulher nas lutas de libertação nacional.

5  
Segunda-feira



Administração demitida

A Comissão de Trabalhadores da Setenave anuncia a demissão da administração da empresa ao mesmo tempo que o governo insiste no despedimento de trabalhadores e na desactivação de sectores dos estaleiros da Mitrena. ■ Ramalho Eanes preside em Lamego à cerimónia de entrega da medalha de ouro da cidade ao Centro de Instrução e Operações Especiais ali aquartelado. ■ A Anop revela que o ministério português dos Negócios Estrangeiros manifestou à Suíça e à Bélgica a sua preocupação pela decisão daqueles países largarem detritos nucleares na fossa atlântica. ■ Começa em Caracas a conferência da OEA sobre a dívida externa dos países latino-americanos. ■ Fuzileiros norte-americanos participam nos confrontos em Beirute contra os progressistas libaneses. ■ Os EUA admitem que um avião espião norte-americano se encontrava na zona em que desapareceu o Boeing sul-coreano que violou o espaço aéreo soviético.

6  
Terça-feira

O PCP analisa os primeiros cem dias de Governo PS/PSD e conclui que foram «cem dias negros» que provocaram um «profundo agravamento da situação económica e financeira e das condições de vida do nosso povo». ■ Grandes incêndios destroem vastas áreas de floresta nas regiões da Guarda, Gouveia e Odemira. ■ Reúne o Conselho Nacional da CGTP-IN que se pronuncia contra a lei dos despedimentos. ■ Recomeçam em Genebra as conversações americano-soviéticas sobre a limitação de armas nucleares da Europa. ■ Os partidos da Resistência Nacional Libanesa, reunidos em Trípoli, acusam Amin Gemayel de conduzir o país a uma guerra civil. ■ Em Santiago do Chile é convocada nova jornada de protesto nacional contra o regime fascista de Pinochet.

## Editorial

# RETRATO MORAL DOS «CEM DIAS»

«É um compromisso sério que o PS formalmente assume perante os portugueses e pelo qual se obriga a dar contas. Um compromisso pelo qual deseja ser julgado — em termos de opinião — como índice de competência, seriedade e eficácia».

Estas palavras foram retiradas do preâmbulo das «Cem medidas para cem dias» do programa eleitoral do PS.

Os cem dias estão passados. A hora de fecharmos o nosso jornal o Conselho de Ministros está reunido para fazer o balanço da sua acção no período considerado.

No domingo, na Festa do «Avante!», o secretário-geral do PCP abordará a actual situação política de maneira aprofundada.

Mas desde já, um pequeno apontamento deve ser feito.

Mais do que o juízo de valor de cada uma das «cem medidas» importa fazer a prova moral da «seriedade» do compromisso.

Não há no preâmbulo nem na matéria do programa qualquer referência de que as medidas propostas ao eleitorado pelo PS envolvam a condição prévia de um governo de composição socialista exclusiva em resultado das eleições.

Também não há nenhuma referência em contrário, isto é, de que a medidas propostas seriam aplicadas nas condições de um governo de coligação com a direita dirigido pelo PS.

No preâmbulo interessa ainda ressaltar duas frases que completam o sentido da citação anterior: «não se promete o que não se pode cumprir». «Ao propor um tal compromisso o futuro governo representará algo de novo no panorama político português».

As palavras devem ser dadas o valor que têm e só a prática lho confere. A prova moral da seriedade do compromisso do PS é, pois, na prática política deste Governo de cem dias de Soares e Mota Pinto que deve ser feita.

Pegando na última das frases atrás citadas, aquela de que «o futuro governo representará algo de novo no panorama político português» é, simultaneamente, uma grande mentira implícita e uma grande verdade.

A grande mentira implícita é que Mário Soares e o PS pretendiam fazer crer que o seu futuro governo representaria uma mudança política democrática relativamente ao governo «AD» — a grande verdade é que a equipa Soares/Mota Pinto é uma nova edição agravada na continuidade política do governo da desfeita «AD» com a «novidade» de ser dirigida pelo PS e pessoalmente pelo seu secretário-geral.

No próprio momento em que nasceu, o Governo de coligação PS/PSD era já a negação das afirmações programáticas do PS.

Independentemente do que pensemos das 100 medidas, do seu carácter demagógico, do seu desligamento com a realidade nacional concreta, do carácter reaccionário de várias delas, talvez importe apontar aqui o que é de daquilo tudo foi levado à prática, o que é que foi cumprido do prometido.

Não ocupará muito espaço, podemos «passear» à vontade por largas zonas do programa e pescar aqui ou além as que, com toda a sua carga contravérsia, foram postas ou tentadas pôr em prática.

A medida número 21 foi cumprida, pelo menos na iniciativa do Governo.

Reza assim: «Proposta à Assembleia da República de alterações à lei de delimitação dos sectores com vista à abertura à iniciativa privada de actividades que lhe têm permanecido vedadas».

A lei, que contraria abertamente a Constituição, foi publicada no Diário da República mas ainda não foi promulgada. Com ela, as associações patronais, os antigos monopolistas como os Mellos, os Bulhosa, os Champalimaud, os Espírito Santo, os Cupertino e outros «respeitáveis» nomes do 24 de Abril, quase podem respirar.

A abertura da banca, dos seguros, dos cimentos e dos adubos à iniciativa privada, seria uma brecha de consequências imprevisíveis no edifício das nacionalizações.

Escrevemos o «quase podem respirar» porque a promulgação daquela celerada lei não é um dado adquirido. O PCP decidiu impugnar-lhe a constitucionalidade e submetê-la ao Tribunal Constitucional. Só depois um juízo definitivo pode ser feito.

Claro que a CIP, o grande patronato, as multinacionais, fingem que estão zangados com o Governo, mas esfregam de contentamento as mãos. Os senhores Ferraz da Costa e Moraes Cabral já proclamaram mesmo com todo o énfase: «sem desnacionalizar as empresas não haverá em Portugal recuperação da economia».

E exigem novas leis laborais — designadamente a lei dos despedimentos, a lei da greve, nova lei sobre a terra, etc.

O CDS mais consequente com a sua natureza de classe vai mais longe. Lucas Pires anunciou um projecto do CDS para a abertura da próxima sessão legislativa de uma proposta para uma nova revisão da Constituição incidindo sobre a parte económica.

A revisão tornou-se agora possível com uma votação de quatro quintos da Assembleia da República. Resta ver se o PS morde o isco e subscreve os quintozinhos constitucionalmente necessários para novos golpes nas instituições e nas conquistas de Abril.

A medida número 28 do programa do PS estipula: «Para adequado desenvolvimento das pescas, criação do Ministério do Mar».

O «desenvolvimento» das pescas está no «crescimento zero» ou pior, mas o Ministério foi criado, o senhor Carlos Melancia, ex-gestor da Sorefame, donde o «peixe grosso» vai desaparecendo, foi para o Mar... Sobre a medida 47 («lançamento de um programa de pequenas barragens para conquista de novas áreas de regadio») foi antontem dito pelo MAI em Évora que o Governo, no propósito de se enfrentar as secas, está a pensar nisso.

Sobre o número 48, «as acções estabilizadoras sobre os mercados através do lançamento de preços mínimos de garantia ao cultivador para certas categorias de produtos», será bom ouvir o que pensam os pequenos e médios agricultores e produtores pecuários dos ridiculos preços ao produtor ultimamente decretados pelo Governo para a batata, o tomate, o leite, a carne e outros produtos, depois dos brutais aumentos de custo dos factores de produção.

E ouvir o consumidor que paga quatro ou cinco vezes mais do que é pago ao produtor, diferença que vai direitinha para os bolsos dos grandes intermediários, especuladores e açambarcadores.

A que tem o número 61, também foi cumprida: «Criação do Ministério da Saúde».

E lá está o senhor Gonelha, o da «espinhela caída», que negociou nos arranjos com o partido de Mota Pinto o pacote laboral e que a indignação dos trabalhadores e de muitos democratas, incluindo do PS, afastou da nomeação para o Ministério do Trabalho...

Também a que se inscreve sob o número 73 foi realizada: «Adopção de uma taxa municipal de transportes para financiamento da melhoria do transporte público... etc.» e naturalmente aplicada num âmbito muito mais geral. O brutal aumento de 30 por cento nos transportes e nos passes sociais imprime a verdadeira expressão desta passagem do programa.

Seis medidas das cem do programa dos «cem dias» — todas as outras ou ficaram no papel ou foram escandalosamente agravadas — são uma amostra do valor moral dos «compromissos sérios» do PS perante os portugueses.

As posposas medidas «contra a corrupção no Estado», contra o «nepotismo e outras fraudes no Estado e nas empresas públicas», a «criação de um organismo de investigação de casos de corrupção», a «Revisão de todas as nomeações e exonerações feitas pelo actual governo (da AD)», etc., tudo isso pariu uma «alta autoridade», a partilha escandalosa dos cargos de gestão e altos empregos entre os dois partidos da coligação e outras coisas do género.

O «Produzir mais para dever menos» tem uma cinica resposta nos acordos do FMI, na aceitação do «crescimento negativo» da produção nacional, nos projectos de encerramento de empresas algumas como a Setenave e a Lisnave, somando ambas mais de quatorze mil trabalhadores.

No plano social, económico e financeiro as cem medidas do Governo são uma farsa, uma grosseira mistificação do Povo português:

Desvalorização do escudo, imposição da lei dos despedimentos e dos contratos a prazo (lay-off); manutenção prática do tecto salarial; restrições ao crédito; subida da taxa de juro; aumento brutal do custo de vida; diminuição dos salários reais; aumento do desemprego; aumento da dívida externa; diminuição das contribuições financeiras para o Poder Local, etc.

Neste resvalar para o abismo o Governo Soares/Mota Pinto reduziu a sua base de apoio social e eleitoral, não corresponde já hoje à força dos votos de 25 de Abril nas últimas eleições (no caso do PS ao próprio sentido do voto dos seus eleitores).

Os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os pequenos comerciantes e industriais, os jovens, as mulheres, os reformados — todos os que foram profundamente lesados pela política do actual Governo — saberão dar a resposta adequada a esta política antipopular e antinacional.

É o reforço da unidade do movimento operário, popular e democrático, a intensificação da luta de massas, o combate às leis indesejáveis que o Governo projecta impor ao País, o desmascaramento activo da sua política, que determinará o rumo da situação nacional e acabará por decidir a mudança democrática que a saída para a crise impõe a todos os patriotas e põe com força na ordem do dia.

## GRANDE CONCURSO DE PESCA DESPORTIVA

«UM DIA NO BARREIRO»  
18 SETEMBRO 83

ORG. DA C.F. - BARREIRO - PCP  
RUA VASCO DA GAMA - 28  
TELEF. 2075125



INSCRIÇÕES ABERTAS A TODOS OS CLUBES, CASAS DO POVO, SINDICATOS, CENTROS DE RECREIO POPULAR, AUTARQUIAS LOCAIS, COMISSÕES DE MORADORES, GRUPOS DE EMPRESAS E A TODOS OS PESCADORES DESPORTIVOS.

HOMENS SENHORAS JÚNIORES

TARDE DE CONVÍVIO  
MAIS INFORMAÇÕES SERÃO DADAS NO ACTO DA INSCRIÇÃO  
MUITOS E VALIOSOS PRÉMIOS



Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

5ª edição  
com os desenhos feitos em 1941 por Álvaro Cunhal para a 1ª Edição.

## «O Militante» n.º 100



Numero especial de «O Militante», comemorativo do seu 50.º aniversário. Este número 100 de «O Militante» tem o dobro das páginas do número normal, uma apresentação diferente, papel de melhor qualidade e o seguinte sumário: Um número especial — n.º 100 • Uma história com 50 anos • Características da organização que é preciso divulgar e defender • O Partido que somos • Importância das organizações concelhias • Funcionamento de uma Comissão Concelhia • A Assembleia — organismo superior de qualquer organização • Setenave — A célula da empresa e a defesa das nacionalizações • Reforma Agrária — uma necessidade histórica • A

acção das massas populares na Revolução de 1976-1977 • «dêem uma oportunidade à Paz» • Sobre o movimento sindical • Luta dos pequenos e médios agricultores do Minho • Poder Local democrático — uma conquista de Abril, uma importante frente de trabalho • Intensificar a acção das mulheres pelas suas aspirações • O seu preço é de 50\$00. Este número de «O Militante» não é abrangido pelas assinaturas. Para além de poder ser adquirido nos Centros de Trabalho do PCP, os assinantes terão possibilidade de o receber em suas casas, mediante um pagamento suplementar, conforme é explicado em circular que lhes está sendo enviada.

Proletários de todos os países: UNI-VOSI!  
**BOLETIM DE INFORMAÇÃO**  
Documentos dos partidos comunistas e operários  
ARTIGOS E INTERVENÇÕES

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOSI!  
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.  
DISTRIBUIÇÃO: CGL, Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.  
Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Eláco, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.  
Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.  
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 576 - 4000 Porto. Tel. 693908/699615.  
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 28394.  
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 766402.  
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.  
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776936/776750.  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.  
Composto e impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.  
Depósito legal n.º 205/82  
Tiragem do mês de Agosto: 40 600

PCP



# Os 100 dias negros do Governo PS-PSD

**1.** Estão quase a perfar-se os primeiros três meses do governo PS/PSD. O governo tem atribuído uma grande importância aos primeiros 100 dias da sua actuação para os quais elaborou e anunciou um programa especial de «estabilização» — as chamadas «100 medidas» — e prepara-se agora para fazer a sua própria leitura deste período, ignorando os sofrimentos do povo e do País.

Quase a concluir-se o período de execução das 100 medidas, torna-se evidente que o governo de liderança PS prossegue em todos os domínios fundamentais a política da AD, e por isso mesmo, não houve nenhuma alteração positiva na crise que o País atravessa. Pelo contrário, verifica-se o profundo agravamento da situação económica e financeira nacional e das condições de vida do nosso povo, através dos brutais aumentos dos preços dos bens alimentares, dos transportes colectivos e doutros bens essenciais e de medidas contra os direitos dos trabalhadores, designadamente com a preparação de uma perversa lei de despedimentos.

**2.** É significativo que uma das mais importantes realizações do governo nestes três meses seja a negociação de um acordo com o FMI.

Este acordo, ao mesmo tempo que representa a subordinação da economia nacional aos interesses e comandos económicos do imperialismo, prevê expressamente a redução da produção; a diminuição dos salários reais e das prestações sociais; o aumento do desemprego; o congelamento dos investimentos e o ataque ao sector público.

No entanto, o acordo com o FMI é apenas um instrumento, poderoso mas não exclusivo, da política de restauração dos monopólios e latifúndios que o governo de Mário Soares confiadamente prossegue.

Tal política, já seguida pela AD, assenta no aumento de preços; na desvalorização do escudo; no aumento das taxas de juro; na contração do crédito; no corte de subsídios a bens essenciais; na liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária; no recurso sistemático aos empréstimos externos.

Tal política tem, por objectivo imediato dar um novo impulso à formação e redistribuição da mais-valia em favor do grande capital, fazer pagar a factura da crise aos trabalhadores e às camadas médias (pequenos e médios empresários) e procurar reduzir conjuntamente o défice externo pela recessão das actividades económicas e a redução drástica dos consumos populares.

Importa sublinhar que a experiência já demonstrou, ao longo dos últimos 7 anos, que esta política conduzirá a um maior atraso do País, ao agravamento de todos os problemas nacionais, ao desemprego em massa, às falências em série. Não resolverá, antes agravará os défices e o endividamento externos e, em geral, a dependência da nossa economia em relação ao estrangeiro.

**3.** Não podendo disfarçar as brutais consequências e os enormes custos sociais da sua política antipopular e antinacional, os governantes do PS e do PSD lançam-se numa grande campanha para fazer crer que não há outra política senão a que estão a seguir, que os «sacrifícios dolorosos», além de «necessários para vencer a crise» são «distribuídos por todos».

É necessário dizer, que com tal postura se acentuam e sublinham as pesadas responsabilidades da coligação PS/PSD num autêntico crime premeditado contra a economia, os interesses nacionais, o regime democrático e o futuro do País.

Na verdade, nem os sacrifícios e privações são para todos nem tão pouco a política de desastre que os origina e impõe é a «única possível» e, muito menos, a política necessária para enfrentar a crise.

Enquanto para os trabalhadores ela significa diminuição dos salários reais e generalização dos salários em atraso; maior desemprego e exploração; novas e graves ameaças aos seus direitos, liberdades e garantias — para o grande capital, pelo contrário, tal política significa a abertura e a tentativa de entrega dos sectores mais básicos e lucrativos da economia nacional (banca, seguros, cimentos e adubos); maiores lucros; continuação do pagamento de chorudas indemnizações que, só no ano de 1983, ascendeu a mais de 16 milhões de contos.

É elucidativo desta realidade que já em 1982 — em que segundo dados do Banco de Portugal os salários reais diminuíram 2,5% apesar da produtividade do trabalho ter aumentado 3,7% — a parte dos salários na distribuição do Rendimento Nacional tenha diminuído de 47,2% (em 1981) para 44,9%, enquanto que o chamado excedente bruto da exploração (isto é, juros e lucros) tenha aumentado de 39,1% para 42,3%.

Também não é verdade que os sacrifícios impostos por uma tal política conduzam sequer à resolução do problema do endividamento externo. Foi com uma política igual que a AD acumulou, em três anos, défices de transacções correntes que quase atingiram os 500 milhões de contos e duplicou o endividamento externo do País.

**4.** Decorre do próprio bom senso que a superação da crise só pode ser alcançada pelo desenvolvimento da economia, antes de tudo pelo aumento da produção e não pela estagnação e regressão, como o governo pretende e o FMI preconiza. Mas isso não se conseguirá com uma ofensiva feiz contra as nacionalizações que visa conduzir o sector público à desagregação e à falência. Não se conseguirá com uma política agrícola como a que acaba de ser definida pelo governo que estabelece novos ataques contra a Reforma Agrária e os pequenos e médios agricultores e nenhuma medida de estímulo e fomento da produção. Não se conseguirá tão pouco com uma política que amplie as dificuldades sobre as actividades produtivas, com altas taxas de juro, com difícil acesso ao crédito e com a quebra da procura interna derivada do agravamento das condições de vida da população.

A alternativa à política a favor do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo que é seguida pelo governo é uma política a favor do Povo português, visando a melhoria das suas condições materiais de vida. Esta política só se pode realizar com os trabalhadores e com toda a população laboriosa, com os pequenos e médios empresários interessados na solução dos problemas nacionais. Para ter êxito tem que respeitar e assentar nas novas realidades trazidas com a Revolução de Abril, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão.

Ao cabo dos três primeiros meses de acção do governo PS/PSD torna-se evidente ser seu objectivo impor uma política antipopular e antinacional por métodos cada vez mais antidemocráticos que comportam a repressão e a intimidação políticas.

**5.** É absolutamente necessário alertar para a gravíssima situação económica, social e política para que o País está a ser arrastado pelas mãos do governo de Mário Soares e Mota Pinto.

Aos trabalhadores, aos democratas, a todos aqueles que se identificam com o 25 de Abril não são consentidas agora quaisquer dúvidas sobre as desastrosas consequências da orientação seguida pelo governo PS/PSD.

A experiência dos governos da AD e as realidades da política governamental, ao longo dos três meses da sua vigência, mostram claramente que o governo leva o País ao rumo do abismo. Não restam quaisquer dúvidas da resposta que há que dar ao governo. A resposta é a luta, a luta de massas, a luta desenvolvida de todas as maneiras e em todas as áreas e domínios, conformes com as leis e a Constituição.

A coligação governamental esforça-se por se apresentar como uma frente coesa e sem brechas mas não consegue disfarçar as suas fragilidades.

A principal fragilidade do governo e da coligação governamental reside sobretudo na sua incapacidade para dar solução aos grandes problemas nacionais.

Esta fundamental incapacidade e a redução de base social que a política antipopular do governo vai originando mostram claramente a perspectiva segura de que a derrota deste governo e coligação é inevitável e que é possível a sua substituição por um governo verdadeiramente democrático.

É nesta perspectiva que se vão inserir as novas grandes lutas dos trabalhadores e das massas populares que se irão desenvolver, necessariamente, em defesa do 25 de Abril, do regime democrático e dos interesses de Portugal e dos portugueses.

6.9.83

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

# A CIP as indemnizações e os pequenos accionistas

No quadro das operações demagógicas com que procura disfarçar o seu real apoio à política do Governo PS-PSD e as suas reais responsabilidades na desastrosa política económica e financeira que vem sendo imposta ao País desde há sete anos, veio agora a CIP novamente agitar a questão das «indemnizações» aos accionistas das empresas que foram nacionalizadas.

Dado designadamente que, uma vez mais, com inextinguível cinismo e hipocrisia, a CIP voltou a invocar a situação das dezenas de milhares de pequenos e médios accionistas, é oportuno esclarecer:

**1.** Os dados revelados em Fevereiro de 1982 na Assembleia da República pelo secretário de Estado das Finanças do Governo AD são só por si suficientemente eloquentes sobre quem são os grandes beneficiários da Lei das «indemnizações» e sobre que interesses fazem correr a CIP nesta como noutras matérias.

Com efeito, aqueles dados, (quadro junto) relativos ao valor dito «provisório» das indemnizações (da ordem dos 117 milhões de contos), mostram que a 1000 indemnizandos, isto é, apenas 0,37% do total, caberão cerca de 84 milhões enquanto que a 245 000 indemnizandos (91% do total), caberão cerca de 20 milhões de contos (apenas 17% do valor global), com um valor médio por titular de cerca de 80 contos.

**2.** Para se ter uma ideia mais precisa da dimensão deste negócio para o grande capital é necessário ter em conta que os Governos AD sempre anunciaram que, após a fixação dos chamados «valores definitivos», obtidos por critérios de cálculo perfeitamente escandalosos, o valor global das indemnizações deveria ascender a mais de 200 milhões de contos.

Dado o interesse que tal dado teria para a opinião pública poder melhor avaliar como entendem a CIP e o Governo a «repartição dos sacrifícios» em época de crise, desafia-se o Governo a revelar quem são — e qual o valor individual e global de indemnizações que lhes estão atribuídas — os 200 primeiros indemnizandos da classe superior a a 6050 contos.

**3.** Cumpre igualmente acentuar que, aquando da discussão da Lei das «indemnizações», foram os partidos que a CIP sempre tem apoiado — PSD, CDS e PS — que se opuseram às propostas então formuladas pelo PCP visando assegurar um tratamento mais favorável aos pequenos e médios accionistas (designadamente, com o pagamento em dinheiro às dezenas de milhares de pequenos accionistas com indemnizações até 50 contos).

Acrece ainda que, com os 13,7 milhões de contos pagos em 1982 em amortizações e juros de indemnizações, teria sido possível liquidar de vez o pagamento das indemnizações a 108 000 pequenos e médios accionistas, (com montantes entre os 50 e os 750 contos).

**4.** Consta-se que, apesar de há anos se referir a esta questão, a CIP continua a não esclarecer quem indemniza as gerações de trabalhadores, à custa de cuja exploração e miséria se construíram os grupos monopolistas e as grandes fortunas em Portugal; quem indemniza o povo português pelo apoio dado pelo grande capital à ditadura fascista e à guerra colonial; quem indemniza os trabalhadores despedidos e presos por motivos políticos em função de estreita colaboração prestada pelo grande patronato à PIDE; quem indemniza as dezenas de milhares de pequenos e médios empresários e agricultores pela ruína e pelas falências a que foram condenados em consequência do veloz processo de acumulação e concentração capitalista durante o regime fascista; quem indemniza os milhares de portugueses burlados na onda de especulação bolsista comandada pelo grande capital nos últimos anos do fascismo; quem indemniza o povo português pela situação de atraso em que 48 anos de política ao serviço do grande capital, dos agrários e do imperialismo, deixaram Portugal.

**5.** Nestes termos, importa concluir que, ao falar de «indemnizações», a CIP se arrisca a ter ido buscar lenha para se queimar.

Com efeito, constata-se que o grande capital (com o apoio do Governo PS-PSD que o serve) entende a grave situação financeira do País, simultaneamente, como um bom pretexto para impor sacrifícios e privações à população laboriosa e como uma magnífica ocasião para continuar a beneficiar de escandalosos privilégios, benefícios e favores sustentados por dinheiros públicos que deveriam ser aplicados no desenvolvimento nacional e na melhoria das condições de vida da população.

Enquanto milhares de trabalhadores têm salários em atraso e vêem ameaçados o seu pão e o seu trabalho, o grande capital, depois de décadas de exploração e estreita ligação com a ditadura fascista, recebe anualmente milhões de contos de «indemnizações» que são uma afronta ao povo português e um crime contra a economia nacional.

31-8-82

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Classes de indemnização	N.º de indemnizandos	Valor das indemnizações
(até 50 contos)	137 000	8,4 milhões de contos
(de 50 a 750 contos)	108 000	11,4 milhões de contos
(de 750 a 6050 contos)	22 000	13,6 milhões de contos
(superior a 6050 contos)	1 000	83,9 milhões de contos

Poder local

## Em Vizela

# APU sobe, PS desce e o concelho espera...

Dos resultados verificados nas eleições para os órgãos autárquicos das duas freguesias da vila de Vizela (S. Miguel e S. João das Caldas) no passado domingo ressaltam duas coisas: uma perda significativa de votos do PS, apesar da sua vitória, e o aumento significativo das posições e dos votos da APU, apesar da elevada abstenção registada.

De facto o PS seria severamente atingido nas suas anteriores posições, perdendo 1200 votos em relação aos resultados que obteve para a Assembleia da República, e 503 votos em relação às eleições autárquicas de 1979. Quanto à APU, não só consolidou a sua votação em números absolutos em relação à Assembleia da República (mais 22 votos), como duplicou a sua votação em relação às eleições autárquicas de 1979, conquistando um total de seis mandatos (três por cada freguesia, nas respectivas assembleias), quando antes não tinha um único mandato.

Como sublinha uma nota da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP, «tais resultados, traduzindo o crescimento da confiança dos vizelenses na APU, não podem deixar de significar na actual situação o crescente desacordo do povo de Vizela para com a política do PS e da sua coligação com o PSD, como constitui ainda o justo aviso para que o Partido Socialista cumpra com os compromissos que assumiu para a criação do concelho».

Por outro lado, prossegue a nota, «a abstenção quase total nas eleições para a Câmara e Assembleia Municipal de Guimarães reafirmaram mais uma vez a desilusão e determinação da quase totalidade dos vizelenses para a criação do seu concelho».

A DORM do PCP saudaria ainda o povo de Vizela pela determinação e valentia da sua

luta, reafirmando as declarações de Carlos Brito no comício de encerramento da campanha eleitoral: «fosse qual fosse a votação na APU, o PCP procurará agendar rapidamente a discussão do projecto-lei que já apresentou na Assembleia da República».

Neste sentido, conclui a nota, «basta que o PS retire as ilacções devidas dos resultados eleitorais de Vizela e honre os seus compromissos, votando o projecto de lei que o PCP vai agendar para discussão, e Vizela será concelho».

**Carlos Brito:**  
«Por que espera o PS?»

No dia de encerramento da campanha em Vizela, 2 de Setembro, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e líder do seu grupo parlamentar, deslocou-se à esta região, visitando as duas freguesias (S. João e S. Miguel das Caldas) que disputaram as eleições, falando à noite num comício realizado no jardim público da vila.

Após fazer um breve balanço da sua visita e do contacto com as carências e potencialidades da região, Carlos Brito reafirmaria que «se era claro desde há muito tempo para o PCP a justiça da aspiração dos vizelenses, o contacto com a realidade agora realizado mais fundamentava ainda essa posição do PCP, e só com uma grande cegueira se poderá negar essa realidade, geográfica e

conómica e de interesses comuns das nove freguesias que os vizelenses pretendem ver como base do futuro concelho».

«Lembremo-nos — sublinharia Carlos Brito — que a nova Assembleia da República saiu das eleições de 25 de Abril passado já podia ter criado o município de Vizela, porque da parte do PCP, e de acordo com os compromissos que convocou assumimos, foi representado o projecto e foi requerido que o mesmo fosse apreçado e votado com prioridade e urgência. Mas quando chegou a hora da verdade o PS juntou-se aos adversários da criação de Vizela e tentou até impedir que a questão da urgência fosse debatida».

Após recordar as promessas de Almeida Santos e do ministro da Administração Interna (este último em nome da coligação governamental), já à boca das urnas, para «caçar votos» e desfazer a «má impressão» deixada, Carlos Brito recordaria que não apenas o PSD negou categoricamente o seu acordo quanto à criação do concelho de Vizela, como o processo prometido pelo PS e pelos seus ministros não conduziu a qualquer resultado positivo e é, pelo contrário, mais uma forma de ludir e ludibriar as justas aspirações das populações de Vizela.

«Se o PS quer mesmo contribuir decisivamente para a criação a curto prazo do concelho de Vizela — perguntaria Carlos Brito — porque escolheu um caminho tão complicado quando tudo pode ser tão simples? Está apresentado o projecto do PCP e, como todos sabem, os votos do PS e do PCP são mais do que suficientes para aprovar o projecto».

Então por que espera o PS...?!

Nacional

# Jornada sindical pelo desarmamento e pela Paz

Um passo em direcção errada — e o mundo poderia ser definitivamente lançado no abismo da guerra nuclear.

O alerta foi renovado há uma semana pela CGTP-IP, num documento distribuído à população a propósito da passagem de mais um aniversário sobre o início da 2.ª Guerra Mundial, desencadeada em 1 de Setembro de 1939 quando os nazis invadiram a Polónia.

Mais do que uma efeméride o dia foi assinalado por diversas iniciativas pelo desarmamento e pela paz, numa perspectiva de futuro. Num momento em que a quantidade de armas nucleares existentes tem capacidade para destruir catorze vezes o nosso planeta, num momento em que a humanida-

de se encontra numa encruzilhada decisiva da sua História, há que mobilizar todos os esforços para a salvaguarda da Paz.

Essa a mensagem transmitida na Quimigal como na Mague, na Costa da Caparica como em St. Iria de Azoia, em Aljustrel como na Marinha Grande, na série de sessões públicas levadas a efeito no decorrer desta jornada sindical pelo desarmamento e pela paz, bem como nos contactos de representantes do movimento sindical com membros do Governo.

Governo que, como se salienta no documento distribuído à população deveria empenhar-se de forma independente e activa na luta pelo

desarmamento simultâneo entre os grandes blocos militares, em vez de diariamente transformar a política externa do país numa peça de interesses militaristas da administração norte-americana, a ponto de já se admitir a possibilidade de Portugal vir a aceitar o estacionamento no seu território de armas nucleares.

É por isso, como a inter faz notar, que a luta dos trabalhadores portugueses contra o desemprego e a melhoria das suas condições de vida é indissociável da luta pelo desarmamento e pela Paz e estes dois objectivos, nas condições concretas do nosso país, passam pela luta contra a política do actual Governo.

Camaradas falecidos

**Gilberto Bona da Silva**

Faleceu recentemente no Hospital da Marinha o camarada Gilberto Bona da Silva, de 68 anos de idade, natural de Ereira do Ribatejo (Cartaxo), onde foi sepultado. Membro do Comité Local do PCP de Vila Franca de Xira entre 1936-39, consistia de «O Diabo» (tendo publicado um livro de contos), participaria no movimento neorealista com Alves Redol, Soreiro Pereira Gomes, etc. Actualmente militava na secção de Benfica, em Lisboa. Após o 25 de Abril seria readmitido na Marinha (de onde foi afastado pelo fascismo) e colocado na reserva.

**Jorge de Almeida**

Faleceu no Bombarral o camarada Jorge de Almeida, com 75 anos. A sua vida desde cedo esteve ligada ao Partido e à luta antifascista, tendo despenhado, durante o salazarismo, tarefas de organização do Partido, nomeadamente no apoio a funcionários do PCP no período clandestino.

**Maria Valério Quaresma**

Com 34 anos de idade, faleceu no passado dia 25 de Agosto a camarada Maria Valério Nunes Garcia Santos Quaresma, membro do PCP

desde 1975. Foi também membro do secretariado da célula da Caixa da Indústria.

**José Luís Jóia**

Vítima de acidente de trabalho, faleceu a 10 de Agosto passado o camarada José Luís Rosa Jóia, de 32 anos de idade, tendo o funeral sido realizado no Seixal no passado dia 22.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências às famílias dos camaradas falecidos.

PCP

## Mais de trinta delegações estrangeiras

Grande festa popular do Portugal de Abril, a Festa do «Avante!» será novamente este ano uma importante jornada internacionalista, estando prevista a presença de perto de quatro dezenas de delegações estrangeiras, enquanto na Cidade Internacional estarão franqueados ao público 31 stands, incluindo o Pavilhão da Paz.

Diversos Actos de Solidariedade (ver Suplemento) assinalarão o activo apoio dos comunistas e do Povo português com as lutas dos comunistas e povos em luta em diversos pontos do mundo.

As delegações de partidos comunistas e operários e de movimentos progressistas serão provenientes da URSS, RDA, Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Hungria, Polónia, Roménia, Vietname, Jugoslávia, RFA, Berlim-Oeste, Espanha, França, Grécia, Itália, Japão, Suécia, Angola, Argélia, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Sudão, Etiópia, S. Tomé e Príncipe, Sahara Ocidental (Frente Polisário), Palestina (OLP), Afeganistão, Timor-Leste, Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, Uruguai, e ainda da Revista Internacional.

## Distrito de Leiria Da evocação de Aljubarrota ao trabalho dos artesãos

A reconstrução da batalha de Aljubarrota utilizando pequenos bonecos de barro, cujos originais foram imaginados por artistas portugueses que deram a sua colaboração ao vasto programa evocativo do 600.º aniversário da Revolução de 1383-85 na Festa do «Avante!», será, certamente, um ponto alto da participação da DORLEI - Direcção Regional de Leiria no convívio do Alto da Ajuda, já a partir de amanhã.

Os comunistas de Leiria também apresentam no seu pavilhão uma exposição política sobre a acção do PCP no distrito e as lutas de massas.

No serviço de bar estarão à disposição do visitante alguns dos conhecidos petiscos regionais, tais como a sardinha de

Peniche ou da Nazaré, polvo, codornizes, coiratos, caracóis, etc. Atenção ao bom vinho da região e à afamada sangria, para acompanhar o pão quente com chouriço.

A doçaria regional, a ginja de Alcobaça e o abafado do Bombarral, são outros atractivos.

A DORLEI não esqueceu as rendas de Peniche, os plásticos e madeiras de Leiria, a cerâmica de Alcobaça e Caldas da Rainha, os cestos e vergas do Valado, os vidros da Marinha Grande, etc.

Na zona da DORLEI o visitante poderá apreciar o trabalho ao vivo de vários artesãos: um maçariqueiro (vidros), dois oleiros, um cesteiro com tear de vergas, uma rendeira de bilros e um gravador de copos de vidro.

## O pavilhão da emigração

Situado na mesma zona da Festa onde se tem encontrado em anos anteriores, o Pavilhão da Emigração ocupará uma área correspondente a 16 módulos de 4x4.

No Bar serve-se o tradicional pratinho de bacalhau, comprado com a ajuda de fundos recolhidos pelos nossos camaradas emigrantes.

No Bazar serão vendidos objectos vindos de vários países europeus, africanos e do continente americano.

Uma exposição fotográfica evocará os principais problemas e as principais direcções da luta dos nossos emigrantes neste último ano.

Pela zona de animação do pavilhão, onde estará instalado um pequeno palco, passarão alguns artistas e grupos de música popular e aí se realizarão debates sobre problemas da emigração.

## Açores A arte, a música e a realidade social e política

A Região Autónoma dos Açores assegura de novo uma presença entusiástica na Festa do «Avante!». No seu pavilhão, no Alto da Ajuda, apresentará uma exposição sobre a realidade no arquipélago (aspectos de ordem política, económica e social), um certame exibindo o rico artesanato açoriano, a venda de produtos regionais e um restaurante que servirá ementas tradicionais das ilhas.

A presença dos Açores na Festa é este ano enriquecida com a participação, em dois espectáculos, do grupo «Rimanco», da ilha de S. Miguel, e com a representação do escultor açoriano Álvaro França na IV Bienal de Artes Plásticas.

O camarada José Decq Mota, suplente do Comité Central, dirige a delegação da DORAA do PCP à Festa do «Avante!».

## Novidades sobre o pavilhão da Mulher

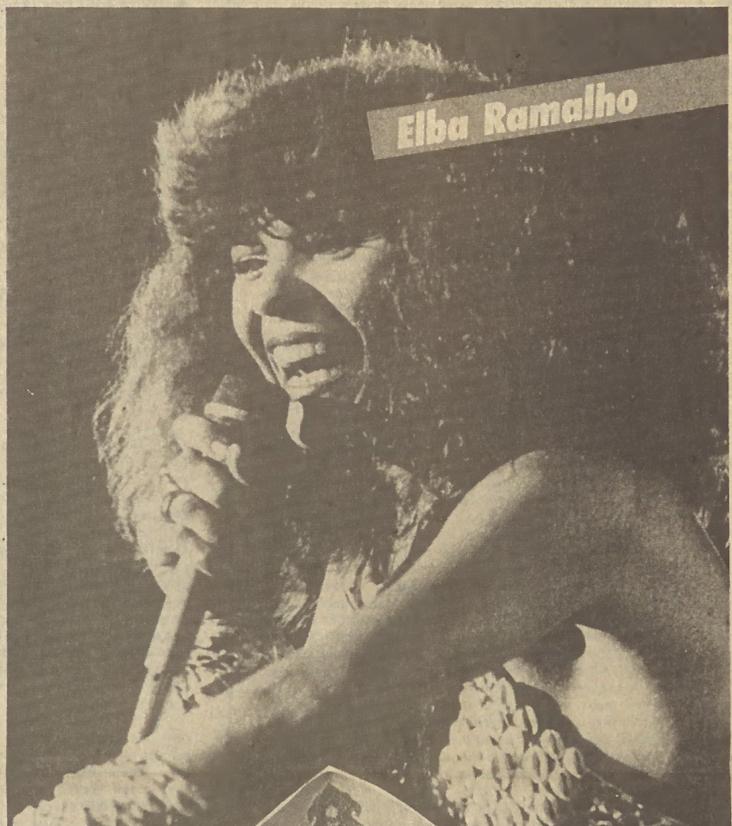
Na programação artística e cultural do Pavilhão da Mulher na Festa do «Avante!» confirma-se a participação de Teresa Horta, que falará sobre linguagem poética feminina; Helena Isabel, lo Apolloni, grupo de tocadoras de adufe e grupo coral de mulheres de Ervidel.

Nas iniciativas do Pavilhão dedicadas ao artesanato estão incluídas a pintura, o desenho, a cerâmica, bordados da Madeira, moldagem de bolos do Algarve, cestaria, bonecos, flores de papel, etc.

Visite o Pavilhão da Mulher!



# OS artistas da Festa



Elba Ramalho



Bana e «Africa Stars»



Luís Gonzaga



Werkbank



Quinteto de Jorge Pardo



Conjunto Coral e de Dança dos Cossacos de Cuban



Judy Collins



Quinteto de Maria João

Rão Kyo



ES  
a

**T**rés mil concertos realizados em 18 países do mundo, 9 álbuns gravados, o prestígio de quase vinte anos de trabalho que fazem deles o mais antigo e popular grupo rock da Checoslováquia — eis o impressionante palmarés da banda *Olympic*.

Surgido em 1963 em plena explosão do rock inglês, os *Olympic* têm «defrontado» sucessivas ofensivas de formações rockers do seu país para os desalojar do lugar que têm vindo, afinal, a consolidar! Com uma formação estabilizada, a banda tem vindo a seguir a trajetória que também noutros países os grupos mais rodados e experientes garantiram: um renovar de repertório assente num profundo entendimento entre os músicos que lhes permite consolidar um estilo muito próprio que não rejeita influências inovadoras.

Petr Janda na guitarra e voz (é o também *leader* da banda), Mirek Berka nas teclas, Petr Hejduk na bateria e voz e Milan Broum na guitarra baixo contam com uma equipa de apoio onde além de Milos Zapletal (apresentador) e do *manager* Peter Hledik, se contam três técnicos considerados como dos melhores da cena rock checoslovaca: o engenheiro de som Pavel Perutz, o *lighting designer* Milan Kotek e Karel Tamasek.



# Olympic

## OS artistas da Festa



- ✪ Tocadores de Adufe da Beira
- ✪ Grupo de Zés Pereira «Companheiros da Alegria»
- ✪ Rancho Folclórico «Camposos do Vale do Breyjo»
- ✪ Grupo Coral da Filarmónica da Amadora
- ✪ Grupo Coral «Mulheres de Ervilha»
- ✪ Grupo Coral de Plus
- ✪ Grupo de Pianistas de Viana do Alentejo
- ✪ Grupo Coral «Os Amigos da Academia Recreativa de Linda-a-Velha»
- ✪ Grupo Coral Alentejano «Os Amigos de Barreiros»
- ✪ Grupo Coral «Alentejanos de Lisboa»



## Trovante

## OS artistas da Festa



- ✪ Grupo Coral de Vale de Vargo
- ✪ Bandolinistas de Santo Aleixo
- ✪ Rancho Folclórico da Casa do Povo de Nisa
- ✪ Grupo de Cantares Regionais de Portel
- ✪ Rancho Folclórico de St. António das Areias
- ✪ Rancho das Lavadeiras de Sarrazola
- ✪ Grupo Coral de Aldeia Nova de S. Bento
- ✪ Rancho Folclórico Flores do Campo de Valado de Frades
- ✪ Rancho do Vilarinho de S. Romão
- ✪ Rancho Folclórico «Os Pastores» — Serra da Estrela

- ✪ Rancho Tipico Folclórico das Cantarinhas de Nisa
- ✪ Rancho Folclórico de Ponte Sor
- ✪ Banda de Girandola
- ✪ Rancho Folclórico Rosas de Vila Pouca do Campo
- ✪ Grupo de Arte Popular da Liga Regional Riviandense
- ✪ Rancho Folclórico da Casa do Povo de Molmentada da Beira
- ✪ Bombos de Almaceda
- ✪ Rancho Folclórico de Macias de D. Maria
- ✪ Rancho Folclórico da Casa do Povo de Manique de Intendente
- ✪ Coral da Casa da Cultura da Quimigal

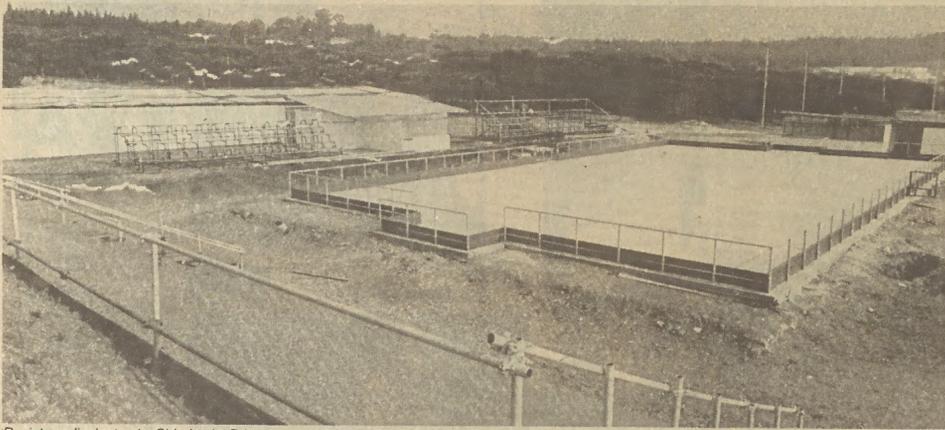


Quarteto de António Pinho Vargas



PCP

# Desporto na Festa

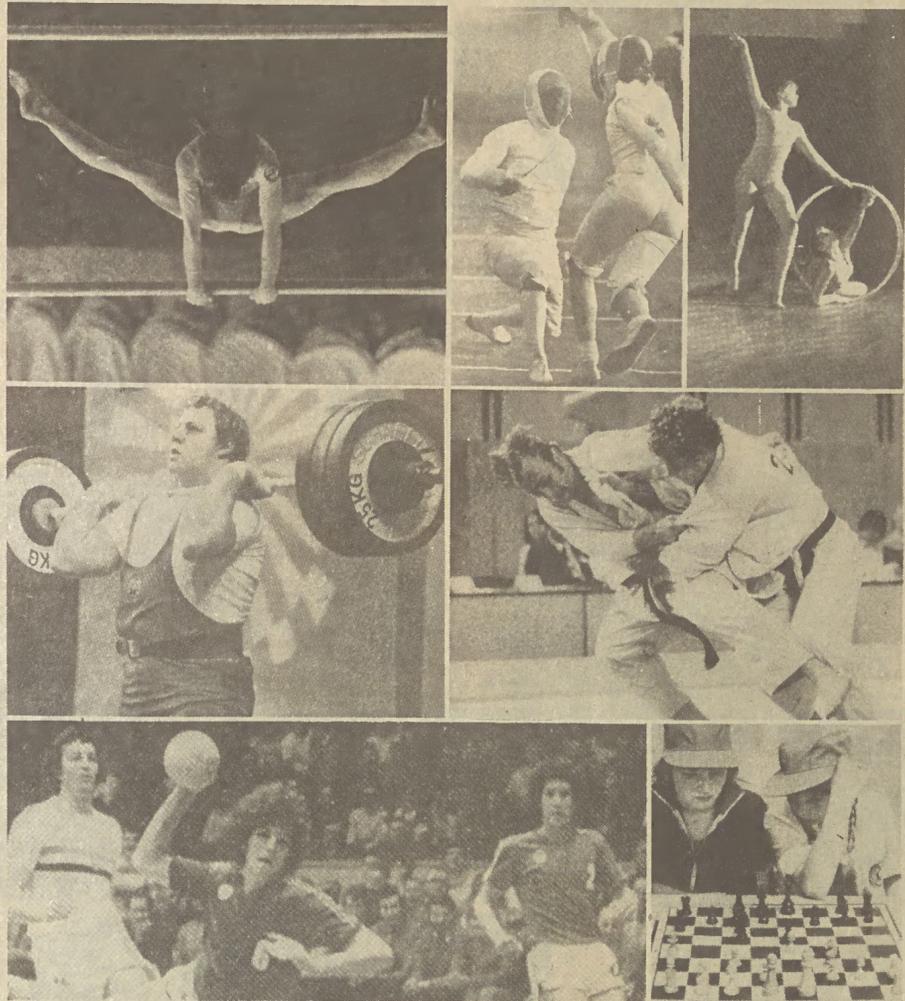


Recinto polivalente da Cidade do Desporto: mais lugares sentados, piso alterado, melhores condições para os atletas, sistema de iluminação reforçado — também aqui a Festa apresenta modificações para melhor!

## Programa do polivalente

### • SEXTA-FEIRA

Hora	Actividade	Hora	Actividade
19.00	Actividades desportivas por deficientes	21.00	Torneio de Futebol feminino «Avante!» (apuramento final).
<b>• SÁBADO</b>		<b>• DOMINGO</b>	
10.00	Iniciativas desportivas organizadas pelos Pioneiros de Portugal	10.00	Jogo do Pau — Escola de Vinha das Pedras
13.00	Almoço	11.00	Festival Internacional de Ginástica
14.00	Torneio de futebol de salão «Avante!» — masculino. Quartos de final.	13.00	Almoço
18.00	Torneio de futebol feminino «Avante!» — «poule» final	14.00	Torneio de Futebol Feminino «Avante!» — «poule» final
19.00	Jogo de andebol senior masc. Lisboa-Setúbal	15.00	Torneio de Futebol de salão masculino — meias-finais
20.00	Preparação dos festivais internacionais	17.00	Basquetebol senior masc. Setúbal-Lisboa
21.00	Festival Internacional de Ginástica com a participação da URSS, RDA, Checoslováquia, Bulgária e ginastas portuguesas	18.00	Comício no palco 25 Abril
	Encerramento	19.00	Apresentação de várias colectividades em ginástica, judo, esgrima e halterofilia
		21.00	Torneio de Futebol de Salão «Avante!» — masculino. Final.
		22.00	Torneio de Futebol Feminino «Avante!» — «poule» final
			Encerramento



Além das actividades do polivalente, a Cidade do Desporto na Festa do «Avante!» inclui ainda o pavilhão de xadrez e damas, o recinto dos Jogos Populares (malha), o bar do desportista, um balcão para venda de materiais desportivos e uma pequena exposição sobre o desporto nas iniciativas do PCP. No torneio «Avante!» e nas simultâneas de xadrez participará o mestre internacional *Elizbar Ubilava*, treinador da selecção da República Soviética da Ucrânia. Em relação ao V Torneio Nacional de Damas, que decorrerá sábado e domingo no Alto da Ajuda, é de referir que serão respeitadas as Regras do Jogo aprovadas pela Federação Portuguesa da modalidade, sendo os casos omissos da competência duma comissão técnica constituída por *Diniz Vaz*, *Medalha da Silva* e *Malagueta Simão*. O Torneio de Damas inicia-se às 14 horas de sábado, estando previstos para as 21 horas desse dia os quartos-de-final. No domingo, as meias-finais serão disputadas a partir das 14 horas e a final e a partida para apuramento do 3.º classificado às 19 horas. Quanto à fase final da malha, está marcado para sábado o torneio de *malha pequena*, às 10 e 30, com a participação das seguintes equipas: Moita «A», Moita «B», Palmela («A» e «B») e Barreiro («A» e «B»); e para domingo o de *malha grande*, também a partir das 10 e 30, com as seguintes formações: *campo 1* — Santiago do Cacém, Palmela, Setúbal «A» e Alcochete; *campo 2* — Montijo, Setúbal «B», Seixal e Almada. No domingo, às 15 horas, no pavilhão de xadrez e damas, decorrerá o Jogo da Ronda, com quatro equipas de Setúbal e outras quatro do Seixal.

## Medalha de prata na Olimpíada de Moscovo na Festa do «Avante!»

Especialmente para os visitantes da Festa mais interessados na programação desportiva temos hoje, na véspera do grande convívio popular do Alto da Ajuda, uma novidade de primeiro plano: entre os ginastas estrangeiros que vêm participar na Festa do «Avante!» conta-se a conhecida Steffi Kraker, da República Democrática Alemã (RDA).

Esta atleta foi medalha de prata nos exercícios de trave nos últimos Jogos Olímpicos, em

Moscovo (1980) e mais recentemente, nos Campeonatos da RDA de 1982, obteve o 1.º lugar (medalha de ouro), nas paralelas assimétricas.

Steffi Kraker faz parte da selecção nacional da RDA.

Como já referimos, teremos também na nossa Festa uma selecção de 10 ginastas da República Soviética da Bielorrússia, jovens especialistas das três «disciplinas» da ginástica: desportiva, rítmica e acrobática. A dele-

gação da URSS inclui atletas com importante pamarés não só a nível da Bielorrússia como a nível da própria URSS.

Da RDA, além da Steffi Kraker, poderemos ver em acção um grupo feminino de ginástica desportiva e um grupo de ginástica acrobática, num total de 10 atletas.

A representação da Checoslováquia, terceira força mundial em ginástica rítmica, cabe a três atletas. Na mesma «disciplina», poderemos ainda acompanhar as exi-

bições de três atletas da Bulgária, país campeão do Mundo.

Recordamos, entretanto, que o visitante da Festa tem três oportunidades para assistir à ginástica internacional no Alto da Ajuda:

**Amanhã**, dia 9, no palco 25 de Abril, às 22 horas.

**Sábado**, dia 10, no polivalente da Cidade do Desporto, às 21 horas.

**Domingo**, dia 11, no polivalente da Cidade do Desporto, às 11 horas.

## Torneios de futebol — fase final

Está agora tudo a postos para as fases finais dos torneios de futebol salão, masculino e feminino, da 8.ª Festa do «Avante!».

O torneio masculino, que registou boa participação em várias regiões do País, envolvendo um total de 350 equipas, após sucessivas fases de apuramento, terá a sua «ponta final» disputada por 8 equipas em representação das regiões de Lisboa, Norte, Beiras, Setúbal, Zona Sul (Alentejo/Algarve) e Oeste e Ribatejo (Leiria/Santarém). Lisboa e Setúbal apresentar-se com duas equipas na fase

### Masculino

DIA	HORA	JOGO	EQUIPAS	FASE
10 Setembro	14.00	A	Norte — Beiras	Quartos de final
	15.00	B	Lisboa «A» — Setúbal «A»	
	16.00	C	Leiria — Lisboa «B»	
	17.00	D	Algarve — Setúbal «B»	
11 Setembro	15.00	E	Vencedor do Jogo B — Vencedor do Jogo C	Meias Finais
	16.00	F	Vencedor do Jogo A — Vencedor do Jogo D	
	21.00	G	Vencedor do Jogo E — Vencedor do Jogo F	Final

As equipas devem apresentar-se junto do polivalente da Cidade do Desporto 30 minutos antes do início dos jogos.

### Feminino

Dia	Hora	Jogo	Equipas	Fase
9 Setembro	21.00	A	Lisboa «A» — Setúbal «A»	Apuramento final
	22.00	B	Beira Litoral — Setúbal «B»	
	23.00	C	Leiria-Lisboa «B»	
10 Setembro	18.00	D	Vencedor do Jogo A — Vencedor do Jogo B	«Poule» final
11 Setembro	14.00	E	Vencedor do Jogo A — Vencedor do Jogo C	
	22.00	F	Vencedor do Jogo B — Vencedor do Jogo C	

As equipas devem apresentar-se junto do polivalente da Cidade do Desporto trinta minutos antes do início dos jogos.

## A presença animada dos Pioneiros

«As crianças querem a Paz» — este é o lema da presença dos Pioneiros de Portugal na Festa do «Avante!», uma presença sempre animada, com iniciativas para todas as crianças que visitem a nossa Festa.

Sempre prontos para trabalhar e para ter ideias, os Pioneiros arregaçaram as mangas e prepararam na Ajuda uma interessante exposição sobre a Paz, animação sonora, uma tipografia, um minipalco, um parque infantil e dois pequenos bares com apetitosos «hamburguers».

Com especial entusiasmo estão também a ser preparados os *ateliers* que funcionarão durante a Festa, na área dos Pioneiros, é claro, para modelação, cordas e lãs, papéis, expressão plástica (desenho e pintura), máscaras, electricidade e carpintaria.

No domingo, às 10 horas, os Pioneiros marcam encontro com todas as crianças para uma grande manhã infantil, animada com circo, palhaços, música, dança e robertos. Das 10 às 13 horas, a Festa é da pequenada, com belos espetáculos em três palcos da Aju-

da: no Palco Alentejo, no Arraial e no Auditório 1.º de Maio.

### Apelo

Não ficou tudo dito sobre a presença alegre dos Pioneiros. Há ainda os balões, o carrossel e muitas surpresas. E algumas delas são ... em grande! Mas os Pioneiros têm também um apelo a dirigir a todos os

camaradas e amigos, através do «Avante!». Precisam de lãs, papéis de cor — de seda, de lustro, de fantasia, etc., tintas, pincéis, tesouras, plastilina, lápis de cor e de cera, isto para os *ateliers*. Para as mascaradas, pedem malhas, chapéus, colares, *batons*, luvas e outras «fantasias» que temos lá no sótão da casa, na gaveta

do canto ou no fundo da dispensa. Vamos procurar! Finalmente, para a quermesse, pedem quaisquer objectos «segundo as disponibilidades de cada um».

Os materiais podem ser entregues na Festa do «Avante!», com destino à representação dos Pioneiros. Vamos ajudá-los!



Trabalhadores

Quem aquece o Outono?

Mota Pinto tem passado o Verão advertindo que o Outono vai ser quente. Na «meteorologia» social, quem possui os dados é ele e os comparsas do Governo que partilha com Mário Soares. O Outono vai ser efectivamente uma seca para quem trabalha, enquanto os bolsos do patronato se vão atulhando no saque. O Outono apresenta-se quente não porque os trabalhadores e os comunistas tenham preferência pelo calor, mas porque as medidas do Governo — com ou mais — têm sido achas na fogueira da desestabilização económica e social do país. A receita do FMI está ao lume.

Ainda o pacote legislativo contra as leis do trabalho não foi aprovado nem totalmente divulgado, ainda o «lay-off» não foi instituído e já muitas administrações e empresas se preparam afanosamente para aplicá-lo. Os exemplos de salários por pagar alastram. Multiplicam-se também os casos de salários pagos a prestações, sem que haja garantias de reposição, por parte das administrações, das dívidas aos trabalhadores. Os escândalos aumentam e com eles se agrava a crise, a crise verdadeira, que deixa em situação extremamente difícil numerosos trabalhadores e seus familiares. E as perspectivas são piores do que a realidade destes últimos tempos.

Salários por pagar na CIFA — há largos meses, cerca de 1600 trabalhadores sem remuneração nessa empresa entregue aos monopolistas Melos. Atrasos no pagamento de salários também na Bertrand, cuja administração já anunciou que fará desocupar as instalações

da Venda Nova e da Damaia no prazo máximo de dois meses e a tipografia em seis. Na Barragem de Berliche também uma série de empresas não pagaram — CP, Petroquímica, Junta Autónoma das Estradas e Brisa — ao empregado das obras que correm o risco de paralisar.

Isto para dar uma ideia breve das notícias que diariamente vão sendo divulgadas.

Na Embamar, as trabalhadoras foram notificadas pelo conselho de gerência de que serão objecto de despedimento colectivo no prazo de noventa dias. Há seis meses que o IPE (Investimentos e Participações do Estado), que gere a empresa, não paga salários.

Na Gelmar, cujos trabalhadores se manifestaram frente à Secretaria de Estado do Comércio Interno exigindo a viabilização da empresa, o direito ao trabalho e o saneamento do que resta da comissão administrativa, os salários também se encontram em atraso, encontrando-se a empresa sem

laboração já há cinco meses, tendo o Conselho de Ministros declarado a mesma em situação económica difícil.

E ainda não chega!

Mas parece que ainda não chega. Os governantes, os monopolistas e os seus primos do FMI querem mais. E para tal anunciam, pela boca de Amândio de Azevedo, novo pacote de «iniciativas» legislativas. Vem aí uma nova ofensiva contra os direitos fundamentais dos trabalhadores. Prepara-se, tal como anunciou o ministro, a revisão da Lei do Trabalho e da Lei da Greve e de outros diplomas que regulamentam o trabalho extraordinário e a aprendizagem. Isto para além do famigerado projecto do «lay-off», e a suspensão do contrato de trabalho.

Quem pretende aquecer o Outono? É óbvio que, a concretizar-se o plano anti-trabalhadores cozinhado por Luis Morales, Nascimento Rodrigues, Maldonado Gonetla e Walter Rosa, o célebre acordo laboral negociado em segredo e pedra base da política governamental PS/PSD, é óbvio que, se tal plano for avançado, os trabalhadores e as suas organizações representativas, nomeadamente os sindicatos, não ficarão de braços cruzados.

Intervindo recentemente na

Quimigal, um dirigente da CGTP, Álvaro Rana, definiu o projecto do «Lay-off» como uma «monstruosidade jurídica», afirmando que tal lei equivale à declaração de «um autêntico estado de sítio nas empresas». O dirigente da CGTP, declarou, por outro lado, que a central sindical e os democratas se oporão frontalmente à lei dos despedimentos. Uma grande movimentação se prepara efectivamente face às manobras que o Governo leva a cabo a mando do patronato. Plenários e reuniões têm sido realizadas. São marcadas conferências sindicais, encontros nacionais preparam-se. Trata-se, no essencial, de organizar a luta, de definir as suas formas, de decidir como vão os trabalhadores defender-se das arremetidas deste Governo.

Uma conferência sindical está marcada para Beja, para o dia 1 de Outubro, aniversário da CGTP. De âmbito distrital, a conferência de Beja discutirá e tomará posição sobre a lei dos despedimentos. A iniciativa saiu do plenário realizado há dias naquela cidade alentejana, que reuniu representantes de 13 associações sindicais. O plenário fez o balanço da situação em cada sector, havendo os intervenientes sido unânimes quanto às críticas à política que o Governo tem vindo a desenvolver.

Um Encontro Nacional dos

Trabalhadores do sector empresarial do Estado, entretanto, está já em preparação, e com data marcada para o dia 8 do próximo mês. Entre uma série de iniciativas decididas pelos representantes dos trabalhadores, este Encontro Nacional procurará dar resposta à violenta ofensiva governamental contra as empresas públicas, nacionalizadas e participadas. No encontro participarão mil delegados eleitos e cerca de quatro mil convidados e está a ser organizado por uma comissão em que participam a CGTP, as Uniãos de Sindicatos de Lisboa e Setúbal, as Federações da Química, da Farmacéutica, da Cerâmica, Cimento e Vidro, da Metalurgia, Metalomecânica e Minas, das Indústrias Eléctricas, dos Transportes Rodoviários e Urbanos, e as coordenadoras das CT's da banca, e da construção e reparação naval.

O Conselho Nacional da CGTP-Intersindical Nacional, reunido antontem, discutiu a forma como o movimento sindical se vai conduzir no futuro e definiu acções, após analisar a situação social. A convocação de uma Conferência Sindical Nacional, destinada a debater a lei dos despedimentos e as medidas a tomar foi um dos pontos mais importantes da agenda da reunião.

Decididamente o Outono não vai ser fresco. Quem o aqueceu?

Internacional

Líbano

Uma guerra fomentada pelos EUA

O Líbano voltou às primeiras páginas da imprensa com toda a intensidade do seu drama de guerra civil e de país violentado por brutal invasão estrangeira. Ainda não vão longe os dias em que as principais forças responsáveis pela actual situação, sionistas, norte-americanos e falangistas libaneses, afirmavam que o vergonhoso acordo assinado entre o Líbano e Israel permitia a pacificação e normalização da sociedade libanesa, condenando todas as vezes que se levantaram para denunciar o seu verdadeiro significado. Ainda não vão longe e no entanto os factos demonstram já quem é que afinal tinha razão.

Do contrário mesmo do estabelecido no referido acordo, Israel não só não retirou as suas tropas do território libanês como continua a intervir nos conflitos internos do país ao lado das forças falangistas. A própria deslocação de tropas a que está a proceder mais não visa do que concentrar no sul do Líbano um impressionante dispositivo militar que lhe permitirá um controlo e na prática uma anexação de cerca de 20 por cento do território daquele país. A colonização é tão efectiva que não se trata já apenas de garantir o domínio militar e político mas também o da economia da região.

Também os Estados Unidos esqueceram depressa as suas declarações. Há cerca de um ano Reagan afirmava que os fuzileiros norte-americanos não permaneceriam mais de 30 dias no Líbano e dava-se até ao trabalho de explicar porquê:

o síndrome do Vietname a que os americanos estão sujeitos. Pródigo em promessas, Reagan afirmava na altura que os marines nunca participariam directamente nas operações de combate!

Hoje é o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA, Charles Percy, quem não hesita em dizer que os nossos homens dispararam foguetes e tiros de artilharia. Se isto não constitui acções de guerra não sei que nome dar-lhes.

Não menos curiosa é a posição de Samuel Stratton, membro da Comissão de Defesa e habitual apoiante da política de Reagan, que agora considera que os marines estão numa posição impossível em Bel-ruse e que a sua presença não devolverá a harmonia e estabilidade ao Líbano, pelo que devemos ordenar a retirada.

Diferente é no entanto a estratégia da administração Reagan que deixando finalmente cair a máscara fez saber que as forças norte-americanas permanecerão indefinidamente no Líbano ao mesmo tempo que reforçava as suas posições com o envio do porta-aviões «Eisenhower», com cem aviões a bordo, e uma escolta para o litoral libanês. A quem restassem dúvidas do significado do reforço do aparato bélico o comando norte-americano avisou de que os fuzileiros poderão recorrer a medidas mais decisivas e que a seu lado está todo o poderio da sexta esquadra dos Estados Unidos que se

encontra actualmente no Mediterrâneo.

Compreende-se assim quem nem a anunciada demissão de Begin nem a deslocação de tropas israelitas no Líbano representariam qualquer mudança positiva para o evoluir da situação naquele país. Em Israel, Yitzhak Shamir, actual ministro dos Negócios Estrangeiros, prepara-se para substituir o velho dirigente sionista; o seu passado basta para delinear as mais negras perspectivas de futuro: ex-chefe militar do grupo terrorista «Stern», criador da tenebrosa polícia política israelita, opositor dos acordos de Camp David que considerava traírem o projecto do Grande Israel, partidário da invasão do Líbano e considerado ainda mais à direita do que Begin!

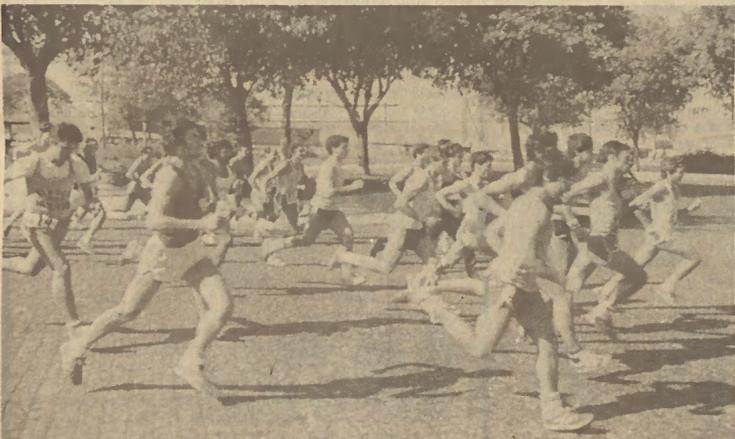
Com semelhante aliado e com o seu poderio militar os Estados Unidos preparam-se para levar até às últimas consequências as seus projectos de domínio no Médio Oriente, que assumem já todas as proporções de intervenção militar num país estrangeiro e se afastam cada vez mais do espírito de auxílio das forças da ONU.

Falar nestas circunstâncias, como o faz a generalidade da imprensa burguesa, de conflitos religiosos no Líbano, não passa de uma débil desculpa para ocultar o que verdadeiramente está em jogo no martirizado país. O confronto interno que opõe «cristãos» e «muçulmanos» no Líbano é de facto o confronto entre fascistas e progressistas. Com os EUA e Israel ao lado dos primeiros, está bom de ver.

PCP

Corrida Popular «Avante!»

• Entusiástica participação no distrito de Setúbal



Durante a Corrida Popular «Avante!» em Lisboa

Setúbal obteve o 1.º lugar da Corrida Popular «Avante!» que decorreu no último domingo em várias localidades do País, numa bela jornada desportiva de promoção da Festa do «Avante!».

Recorde-se que o regulamento geral da iniciativa apontava especialmente para a participação, individual e colectiva, com a respectiva atribuição de pontos. Depois de Setúbal, classificaram-se a Moita e o Montijo.

Por colectividades, em 1.º ficou o Chinguilho do Lavradio (Moita), em 2.º o Futebol Clube Areias (Setúbal) e em 3.º o «2 de Abril» (Setúbal).

Os prémios da Corrida «Avante!» serão entregues no próximo domingo, dia 11, às 20 e 45, em sessão especial a realizar no polivalente da



Cidade do Desporto, na Festa do «Avante!».

A Corrida Popular «Avante!» também «mexeu» noutras localidades do País, não só nas regiões mais ao Sul, mas também em Lisboa e no Porto, envolvendo largas dezenas de atletas de todas as idades.

No Porto realizaram-se provas de 1500 metros para jovens até aos 15 anos e de 6500 metros para seniores masculinos, juvenis, juniores e veteranos e ainda uma prova feminina, todas com partida junto ao CT do PCP na Boavista.

Por equipas venceu a Madalena. A «Biquinha» foi, contudo, a mais representativa. Em Lisboa a Corrida incluiu também provas para vários escalões, realizadas na área de Belém. Por colectividades venceu a equipa «Zip-Zip».

Polónia

O imperialismo toma desejos por realidades

31 de Agosto — o 3.º aniversário dos acordos de Gdansk. Acordos que representaram um momento significativo de um processo em que a reacção polaca e o imperialismo tentaram tomar entre mãos — e com isso provocaram uma profunda crise no país — o protesto operário gerado por desvios na construção do socialismo, orientando-o objectivamente contra os interesses dos trabalhadores e do Estado socialista polaco.

Hoje, a situação na Polónia é muito diferente. A reacção perdeu a iniciativa. O socialismo foi defendido. Procede-se à recuperação da economia nacional, prevenindo-se a sua estabilização para 1985, apesar das repercussões negativas do boicote económico por parte dos Estados Unidos e de outros países capitalistas. A reacção da vida política e social, o aprofundamento da democracia socialista, constituem uma realidade quotidiana. Um processo difícil, com as suas dificuldades e problemas próprios, mas já com os seus frutos, na melhoria das condições de vida, no readquirir da confiança no futuro e na capacidade do POUP (Partido Operário Unificado Polaco) de superação de tais problemas.

Isto não significa — de forma nenhuma — que a redução da reacção interna e o imperialismo tenham desistido dos seus objectivos em relação à Polónia.

No final do ano passado, o Instituto Brookings (EUA), em «estudo» intitulado «Crise polaca: as possibilidades da política americana», especula sobre o «derrube do regime socialista na Polónia», que conduziria à «falência de toda a comunidade socialista».

Em vésperas de 31 de Agosto, a agência AFP (EUA) «informava»: «Lech Wałęsa, acaba, justamente, de voltar a apresentar-se como o chefe nacional do Solidariedade, fazendo na 2.ª feira a ameaça, dos estaleiros «Léni-ne», de enveredar por greves intermitentes entre 23 e 31 de Agosto, caso o apelo para ne-

gocio permaneça letra morta. O tempo urge pois a data limite é a próxima 2.ª feira (22) e é mais do que evidente que o «Solidariedade» está totalmente unido para passar à ofensiva».

Os factos vieram a demonstrar que nada disto passava de vãs pretensões de imperialismo. Não se verificou nenhuma greve. Não houve boicote de transportes. E seria excessivamente simplista afirmar que a pequenés dos raros incidentes registados se deveu à posição firme assumida pelo governo da Polónia socialista. Basta referir o 1.º de Maio que reuniu, nas manifestações oficiais, o dobro das pessoas do ano anterior, enquanto os «manifestantes independentes» — 4 dezenas de milhares — foram muito menos que em 82, quando vigorava, em toda a sua plenitude, o estado de sítio.

Nestes últimos meses todas as tentativas do «Solidariedade», hoje assumindo inequivocamente o papel de organização contra-revolucionária, de acções contra a Polónia socialista, se saldaram em inequívocos fracassos.

Também na Polónia, como a nível internacional, a óptica distorcida de tomar os desejos por realidades, surge como característica assinalável da política do imperialismo.

Ciclismo

Êxito em Lisboa e Setúbal

No quadro das actividades desportivas da Festa do «Avante!» realizaram-se no último domingo duas provas de ciclismo que constituíram óptimas jornadas de promoção do grande convívio da Ajuda. Aconteceu em Lisboa e Setúbal, por iniciativa, respectivamente, da DORL e da Comissão Concelhia do PCP. A primeira destinava-se a seniores B e a juniores. A segunda, a veteranos. A prova de Lisboa tinha 75 quilómetros e a de Setúbal 28. Dia de calor, o passado domingo foi também dia de ciclismo em movimento, onde não faltou o entusiasmo desportivo e a mensagem da Festa.

Lisboa

Na prova de ciclismo realizada no distrito de Lisboa, com partida nos Olivais e passagem por várias localidades dos concelhos de Loures e Vila Franca, destinada a seniores B e juniores, num total de 75 quilómetros, venceu Américo Silva, de Venda do Pinheiro/Jopal, com 1 hora, 56 minutos e 45 segundos.

Nos lugares seguintes ficaram: 2.º Joaquim Gomes, Carnide/Stope Acne; 3.º José Jorge, Alcanena; 4.º Daniel Martins, Carnide; 5.º Hélder Domingues, Venda do Pinheiro;



Américo Silva, vencedor da prova realizada no Distrito de Lisboa

6.º Hélder Lopes, Carnide; 7.º José Assunção, Manique/Tra-tax; 8.º José Ferreira, Ginásio do Oeste/Polifer; 9.º Carlos Nunes, V. do Pinheiro; 10.º José Lopes, Alcanena.

Por equipas, venceu o Carnide. Em 2.º, V. do Pinheiro; 3.º, Bombarral; 4.º, Ginásio do Oeste; 5.º, Manique.

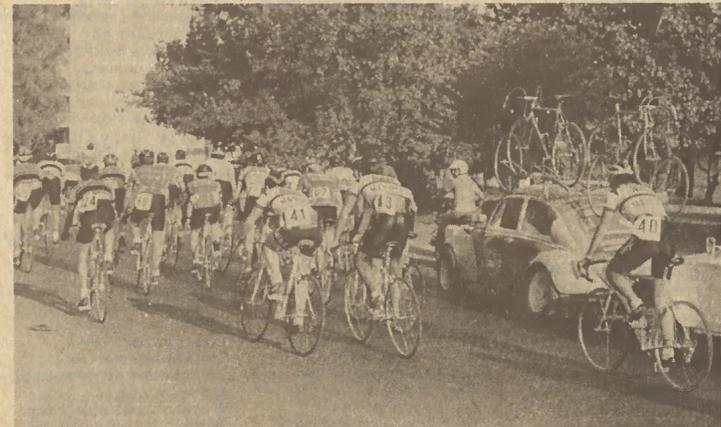
Setúbal

A prova de ciclismo «Avante!»-83 registou a seguinte classificação: 1.º José Mestre, Santiago do Cacém; 2.º José Oliveira, Santiago do Cacém; 3.º Jacinto Silva, União Praelense; 4.º Lourenço Moreira, Loulé; 5.º Manuel Silva, União Praelense; 6.º António Clemente, Loulé; 7.º Virgolino Almeida, União Praelense; 8.º Francisco Vidal, Santiago do Cacém; 9.º Armando Gonçalves, Rodoviária; 10.º Jerónimo Cacheira, Rodoviária.

Por equipas: 1.º Santiago do Cacém; 2.º União Praelense; 3.º, Rodoviária; 4.º Soeiro Pereira Gomes; 5.º Câmara do Seixal.

Na meta volante ganhou José Oliveira (S. do Cacém) e na Montanha José Mestre (S. do Cacém).

A ciclista que se classificou melhor foi Anabela Canal, do Seixal, que foi 20.ª na geral.



Advertisement for 'Juventude' magazine, featuring a starburst graphic that says 'já à venda' (now available for sale).

## Internacional

## Chile, dez anos depois

## «A História pertence-nos»

## • Record Allende é evocar o símbolo de uma luta e a certeza da vitória

«Eles têm a força, podem reduzir o povo à escravatura, mas não é através do crime, nem pela força, que se podem dominar os processos sociais. A história pertence-nos. São os povos que a fazem (...) Outros chilenos virão. Nestes sombrios e amargos momentos, quando a traição se pretende impor, deveis saber que não virá longe o dia em que de novo serão abertas as largas avenidas por onde o homem livre construiu uma nova sociedade». São palavras conhecidas e inesquecíveis. As últimas palavras de Allende ao povo chileno, enquanto um punhado de 40 homens defendia La Moneda durante sete horas, fazendo frente a violentos ataques de artilharia, tanques, aviões, infantaria.

Palavras e actos que recordamos aqui, dez anos depois, como um símbolo da batalha que nesse mesmo momento, como antes e nestes anos de fascismo, o povo chileno travou e trava, com os outros povos do mundo, lado a lado, numa era que, porque é de libertação, é também dos mais árduos e complexos confrontos de classe.

As notícias de então falamos dos combates que se iam travando nas ruas de Santiago e arredores, entre as tropas lideradas por Pinochet e trabalhadores armados. Mas o sentido dos acontecimentos no momento era inequívoco. A 15 de Setembro a Prensa Latina falava em pelo menos 4 mil mortos e a 16 a AP (EUA) referia um mínimo de três mil prisioneiros. Sucederam-se os fuzilamentos em qualquer rua ou fábrica, o célebre estádio enche-se de milhares de chilenos, as mortes sob tortura, a liquidação de todas as liberdades políticas e sindicais. A ilegalização mesmo de partidos políticos que contribuíram para o golpe ou o apoiaram. No momento os dados estavam lançados a favor do fascismo, única forma de poder político através do qual o capital podia impor às massas chilenas o roubo das conquistas revolucionárias obtidas com o governo de Unidade Popular.

Tudo isto se passou há uma década — um curtíssimo período em termos históricos, que não naturalmente para as vidas humanas destroçadas pelo golpe e a subsequente política aplicada. Entretanto, uma década após o golpe fascista, e

apesar da repressão permanente, apesar da mais total ausência de liberdades — já ninguém duvida que o fim de Pinochet se aproxima. É assim que são descritos os acontecimentos de 11 de Setembro pela agência norte-americana AP.

«Claro que os Estados Unidos negaram qualquer envolvimento nos acontecimentos. Entretanto os factos comprovam a sociedade que as manobras militares promovidas pela NATO em geral e pelos Estados Unidos em particular, assumem de forma cada vez mais clara a função de acções de ingerência político-militar. E temos, em situações e planos

de tal forma ninguém duvida que o fim da Junta se aproxima, que o mesmo imperialismo norte-americano que tão decisivamente contribuiu para este negro período da história chilena, rapidamente tenta mudar o acessório para conservar o essencial. E se elaboram planos entre partidos burgueses, com destaque para a democracia-cristã (também atingida por um golpe para que a seu tempo contribuiu), para refazer uma democracia que, legalizando embora o Partido Comunista, o mantivesse arredado do poder.

As lições da derrota temporária do movimento popular chileno, e do seu porquê, foram profundamente estudadas, em particular pelos camaradas do Partido Comunista do Chile. Como o está a ser, naturalmente, a actual evolução da situação do país, evolução também determinada pela luta popular, e em primeiro lugar pela luta dos comunistas. A batalha que hoje se trava está enriquecida pelas lições de um passado recente que desembocou então numa tão dramática via.

Aqui pretendemos simplesmente chamar a atenção para um facto que também para

nós, em Portugal, como para todos os povos do mundo, tem um particular significado.

## A ingerência imperialista

«Por volta da 1 hora entrou no porto de Valparaíso a unidade da Marinha de Guerra chilena, que no dia anterior tinha saído desse porto para participar, como tinha sido oficialmente comunicado, juntamente com as unidades da Marinha de Guerra dos Estados Unidos, nas manobras militares "Operação Unitas". O golpe estava em marcha. Às 4 horas os regimentos de guarnição na província recebem a ordem do ministério da Defesa de ocupar as emissores de rádio e os edifícios do governo. Às 6 horas é posta em acção a 2.ª divisão blindada em Santiago. Às 8 e trinta o comando militar faz marchar as tropas sobre a capital... É assim que são descritos os acontecimentos de 11 de Setembro pela agência norte-americana AP.

«Claro que os Estados Unidos negaram qualquer envolvimento nos acontecimentos. Entretanto os factos comprovam a sociedade que as manobras militares promovidas pela NATO em geral e pelos Estados Unidos em particular, assumem de forma cada vez mais clara a função de acções de ingerência político-militar. E temos, em situações e planos

«Para além disso existem provas directas de que a empresa ITT tinha estabelecido planos para provocar o caos económico e político no Chile e

diferentes, o que se passou com a Turquia, como o que actualmente está em curso na América Central e que corresponde a uma inadmissível pressão sobre a Nicarágua. Para citar apenas estes dois gritantes exemplos.

«Apesar de todas as negativas, factos indelmentáveis vieram a provar que a acção imperialista contra o governo de Allende se tinha iniciado mesmo antes da sua eleição estar garantida.

As conclusões da Comissão Internacional para investigação dos crimes da Junta militar do Chile, reunida em 74, são bem explícitas:

«Está claro que grupos de interesses estrangeiros exerceram pressões sobre o Chile com o objectivo de derrubar o governo. Instituições financeiras públicas e privadas dos Estados Unidos da América e empresas norte-americanas actuaram, com o acordo tácito do governo norte-americano, para sufocar a economia chilena. O Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, instituição especializada das Nações Unidas, recusou toda a ajuda financeira ao Chile, em circunstâncias que apontam de forma nítida para pressões norte-americanas.

«Para além disso existem provas directas de que a empresa ITT tinha estabelecido planos para provocar o caos económico e político no Chile e

para minar a base do governo chileno. Esses planos tinham sido comunicados à CIA.

«Registam-se também afirmações, que parecem bem fundamentadas, segundo as quais a CIA esteve implicada nas operações de infiltração e sabotagem, assim como nos actos de violência e no próprio golpe de Estado.

«Por outro lado o golpe de Estado coincidiu com manobras espectaculares da frota de guerra norte-americana ao largo das costas chilenas, só ou com unidades da frota de guerra chilena.

«Estas circunstâncias apontam para um quadro de activa participação e colaboração dos Estados Unidos na tomada de poder pelos militares no Chile. Conclusão que é apoiada por declarações feitas antes e depois do golpe de Estado por importantes personalidades oficiais norte-americanas. O objectivo dessa intervenção parece ter sido impedir o governo chileno de conquistar a independência económica e levar a cabo profundas transformações nas estruturas económicas e sociais».

As formas de ingerência foram múltiplas. O corte dos créditos. Medidas destinadas a afectar seriamente a economia nacional, nomeadamente pela paralisação da exportação de cobre chileno, principal artigo das exportações nacionais. A infil-

tração de elementos da CIA em diversos partidos políticos. O fomento da violência e de graves dificuldades. Ninguém está esquecido da greve reaccionária de camionistas que privou o país da distribuição de produtos essenciais. Como igualmente é de destacar que, apenas em mês e meio, de meados de Julho ao fim de Agosto, se registaram mil e quinhentos actos terroristas.

A verdade entretanto é que, apesar das imensas dificuldades e do clima assim gerado, as previsões apontavam para 80% dos votos em Allende, nas programadas eleições de 76.

Assim, na óptica do imperialismo e da reacção chilena, que nesse sentido trabalhou na mobilização de sectores da pequena burguesia, o golpe tornara-se uma medida indispensável.

Nele os Estados Unidos estiveram presentes, com um peso hoje bem conhecido. E de que vale a pena registar ainda aqui mais dois factos:

• Os cortes de créditos ao governo de Allende nunca atingiram o sector militar, para onde continuaram a ser canalizados milhões de dólares;

• Logo a seguir à queda de Allende, a banca internacional abriu os «cordões à bolsa». O Fundo Monetário Internacional (FMI) declarou de imediato a sua intenção de atribuir à Junta um crédito de 158 milhões de dólares e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento cerca de 120 milhões de dólares.

Não é preciso pensar muito para compreender o seu porquê.

Importa não subestimar a força, o peso, a capacidade de manobra do imperialismo, das forças reaccionárias em cada país — o poder que o capital ainda detém. Mas tal como afirmava Allende na sua última mensagem ao povo chileno, «a história pertence-nos». O Chile é uma — mais uma — prova dessa verdade. E assim — dez anos depois — apesar da violenta repressão, da ausência de liberdades, do multiforme apoio de Washington, a deterioração da situação económica e política do país atingiu limites extremos, o movimento de massas ganha uma envergadura tão determinante que — novamente — se cozinham «soluções» para evitar que a história imponha desde já os seus direitos.

## Quem são os responsáveis?

## • O caso do avião sul-coreano: um alerta

É prática normal na luta ideológica, por parte do capital, a atribuição à comunidade socialista, aos partidos comunistas e operários, às forças progressistas, dos seus próprios intuítos e formas de acção. E é assim que temos o «imperialismo soviético», a «exportação de revoluções», os intuítos «agressivos» da União Soviética ou do Pacto de Varsóvia, etc.

Uma vez mais esta prática se confirma. Na noite de 31 de Agosto para 1 de Setembro o Boeing-747, das linhas aéreas da Coreia do Sul, desapareceu com 269 pessoas a bordo no Mar do Japão. O que de imediato se passou em termos de afirmações provocatórias e caluniosas e de histeria anticomunista, assumiu tal envergadura que dificilmente se encontra paralelo, mesmo incluindo as grandes campanhas anti-soviéticas dos nazis, por exemplo.

A União Soviética foi acusada de crime, de desprezo pelas vidas humanas (que seria característico dos «regimes totalitários...»), de violação das regras internacionais, do mais puro barbarismo. Pôs-se mesmo em causa, e com significativa insistência, não só a continuidade de conversações em curso, como a própria possibilidade de diálogo entre os países capitalistas e a URSS.

Alinhando, como é hábito, na campanha promovida por Washington — fonte única de «informações», consideradas à partida incontroláveis — a televisão portuguesa transmitiu-nos imagens repetitivas de bandeiras soviéticas queimadas, as afirmações de Washington, a expressão de dor dos familiares das vítimas. E o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, na mesma perspectiva de alinhamento com a Casa Branca, afirmou: «O ataque, foi feito em flagrante desprezo pelos elementares princípios humanitários e com a violação das regras básicas da convivência internacional e relacionamento pacífico entre os Estados».

Com o decorrer dos dias, entretanto, uma campanha que parecia ter sido desencadeada para boicotar quaisquer perspectivas de desanuviamento, pondo mesmo em causa importantes reuniões, como a de Genebra e a de Madrid, decresceu sensivelmente de tom. E, naturalmente, não por acaso.

## Quem violou as regras?

Começemos pela questão da violação de regras internacionais. Quem violou tais regras?

■ Temos em primeiro lugar que — indiscutivelmente — o avião sul-coreano violou, em profundidade e durante mais de duas horas, o espaço aéreo soviético, numa zona particularmente sensível do ponto de vista militar, e não correspondendo a quaisquer sinais e avisos. O que naturalmente é uma violação de todas as regras internacionais. E, tudo indica, violação deliberada, pois todas as opiniões de técnicos coincidem em que nenhuma avaria poderia explicar o comportamento do Boeing-747.

■ Simultaneamente são os próprios Estados Unidos a falar, com todo o a-vontade, de espionagem, de meios electrónicos e técnicos japoneses e norte-americanos que já na noite anterior teriam sido reforçados (porquê?). E ainda, mais recentemente, da presença, em simultâneo com o Boeing, de um avião espião norte-americano, no que constituiria uma rota «normal» de espionagem. Factos que têm pouco a ver com o respeito de regras internacionais...

■ Assim se coloca uma terceira — e crucial — questão. Se não se pode falar de inocente e dramático desvio — por avaria — do Boeing sul-coreano; se tal desvio é acompanhado de intensificada actividade de espionagem por parte dos EUA, utilizando a estreita rede de bases que tem na zona; e ainda se, nas circunstâncias em causa, são os Estados Unidos a aventar a hipótese de ser possível a confusão entre um avião civil (que aliás, como nomeadamente em Genebra é afirmado pelos EUA, pode ser utilizado também com funções militares) e um avião militar — então teremos que tirar uma conclusão que aponta para o mais total desprezo, por parte de Washington, pelas vidas humanas. Ou seja, e muito concretamente, as 269 pessoas que morreram a bordo do Boeing foram possivelmente utilizadas como reféns de uma acção de espionagem ou de provocação.

Tal como se pretende utilizar os povos europeus como reféns de uma política conducente à guerra nuclear, delineada nos gabinetes de Washington.

## Porquê?

A versão Reagan — instantaneamente divulgada e perilhada por todos os suportes da «informação imperialista e entidades políticas que alinham as suas posições pela medida definida na Casa Branca — carece da mais elementar base racional, e só é possível sobre um pano de fundo de sistemática campanha anticomunista (versão que viria a ser posta em causa nos próprios Estados Unidos). Em síntese, os «russos» seriam uma espécie «sanguinária». Levados por tais instintos, ter-se-iam decidido, naquele dia, a fazer tiro ao alvo num indefeso avião civil.

Mas é do mais comum bom senso perguntar o porquê das coisas, a quem servem ou não este facto ou aquela acção. Não nos passaria sequer pela cabeça que a imensidade de crimes — esses bem reais — praticados pelo imperialismo, sejam crimes gratuitos. Trata-se, sim, de crimes com uma base muito concreta — a defesa de um sistema ameaçado, condenado pela própria história. Por isso o Líbano. Por isso a Nicarágua ou Salvador. Por isso a corrida aos armamentos.

E quando se coloca a questão de a quem serviria um incidente como o ocorrido, não encontramos duas respostas. Aliás, em Washington encarregaram-se, com grande presteza, de nos esclarecer, afirmando (ainda que agora se registre um recuo) que todas as negociações em curso seriam postas em causa, assim como o próprio diálogo com a União Soviética. Para a União Soviética, o incidente teria como consequência (e parcialmente teve) a agudização da campanha anti-soviética e anticomunista, «argumentos» para o boicote a um processo de desanuviamento em que, só com o deliberado intuito de falsificar e inverter os factos, se pode dizer que a comunidade socialista não está empenhada.

Assim, o caso do Boeing seria claramente favorável aos interesses de Washington e do Pentágono e evidentemente desfavorável à União Soviética e ao desanuviamento internacional.

E se as coisas, apesar de tudo, não se estão a passar de forma tão linear, é porque o aparelho de propaganda imperialista não consegue explicar coisas tão comeginhas como as razões dos soviéticos para o «crime gratuito» de que se pretende acusá-los, ou simplesmente, para as circunstâncias de que o incidente se revestiu.

Genebra e Madrid — duas reuniões fundamentais neste momento — realizam-se, apesar de tantos esforços em contrário. Continua o reforço do movimento da Paz a nível mundial. São elementos positivos de uma batalha muito dura. Mas provocações como a agora registada não podem deixar de, uma vez mais, chamar a nossa atenção para uma realidade determinante da nossa época: os imensos perigos que a política belicista do imperialismo comporta. Entretanto, ao contrário do que o imperialismo pretendia, o incidente com o avião sul-coreano deve constituir um incentivo para a luta pela paz e para o reforço da unidade entre todos os que se empenham nesse objectivo, e não um pretexto para a criação de dificuldades no diálogo e para o incremento da corrida aos armamentos.



## Verão quente no Chile

## • A luta do povo faz tremer a ditadura • A resistência de massas ganhou uma dimensão sem precedentes

...jovem camarada / que constróis a esperança / ilumina os muros / com vermelhos gritos de liberdade... cresceu a flor / que deixaste / escrevendo no vento / camarada avante! Foi há muitos anos que Víctor Jara cantou este poema numa voz que o fascismo chileno não calou mesmo depois de barbaramente o ter assassinado. Dez anos depois do seu Setembro negro o Chile vive hoje um verão quente onde as canções de resistência e luta como aquela mantêm toda a sua actualidade.

Quatro grandiosas jornadas de protesto nacional — 11 de Maio, 14 de Junho, 12 de Julho e 11 de Agosto — greves nos principais sectores da economia, uma agitação social permanente e o anúncio de novas acções de protesto a assinalar o décimo aniversário do derrube do governo de Unidade Popular de Salvador Allende, em 11 de Setembro de 1973, constituem os pontos altos da luta de massas que se trava no Chile contra o regime fascista de Pinochet.

Uma luta que teve o seu detonador na situação catastrófica da economia do país mas cujas raízes se encontram muito mais fundo: no repúdio popular pela ditadura fascista. E tanto assim é que quer na «marcha da fome» realizada em Santiago em 19 de Agosto do ano passado, quer nos «Dias de Protesto Nacional», quer ainda na primeira greve geral que foi decretada após 1973 e que chegou a estar marcada para 23 de Junho último embora sem se ter chegado a efectuar, as reivindicações ultrapassaram sempre os objectivos económicos, assumindo um cariz marcadamente político. O direito à liberdade de informação e de expressão, o fim das perseguições políticas e sindicais, o regresso dos exilados, o retorno à

democracia, um novo governo e uma nova política são exigências nacionais.

Isso mesmo foi expresso pela Confederação dos Trabalhadores do Cobre, em que assenta a principal riqueza do país, quando ao propor a realização dos «Dias de Protesto» saíram que o nosso problema não consiste em que haja uma lei a mais ou a uma lei a menos. Trata-se de todo o sistema que tem por objectivo estrangular-nos com ajuda da atemorização e repressão que contraria o nosso modo de vida por ter sido imposto pela força e com mentiras... Se não lutamos para mudar esta situação, tralremos os nossos princípios democráticos e sindicais... Chega a hora de nos levantarmos para a luta e dizemos basta!

Mas se o afastamento de Pinochet constitui hoje um objectivo capaz de reunir o consenso de todas as forças da oposição no Chile, o mesmo não se poderá dizer dos objectivos de futuro que se propõem as diferentes forças em presença.

Para se ter uma perspectiva correcta da situação que se vive no Chile importa antes de mais saber quem é a oposição. Não é irrelevante, longe disso, que nela se englobe por exemplo a facção

autodenominada «neofascista» do Partido Nacional que formou o Partido Republicano. Trata-se de uma força de direita de ex-apoiantes do golpe de 1973 descontentes com a situação económica e os excessos repressivos da ditadura. O seu objectivo é o restabelecimento da democracia burguesa tradicional, onde uma certa liberdade de expressão e de protesto não ameace a liberdade de exploração.

Da oposição fazem ainda parte o Partido Democrata Social, o Partido Democrata Cristiano, o Partido Radical, o Partido Socialista, o Movimento de Esquerda Revolucionário e o Partido Comunista. A oposição não constitui no entanto um todo homogéneo, dado que quer os comunistas, quer as facções do Partido Socialista, quer ainda o Movimento de Esquerda Revolucionário foram afastados das coligações formadas: o Projecto de Desenvolvimento Nacional (PRODEN), o Consenso Democrático e a Aliança Democrática.

Entre os partidos burgueses na oposição destaca-se sem dúvida o Partido Democrata Cristiano (PDC) que ocupa um lugar importante tanto nas organizações sindicais como nas de massas, por razões óbvias. Poucado como não o foram os partidos de esquerda à brutal repressão da ditadura, o PDC foi alargando ao longo dos últimos dez anos a sua influência.

E com estes partidos burgueses que a ditadura chilena está disposta a dialogar. Um diálogo que poderá ser de surdos ou então de resultados altamente duvidosos, já que deixa de fora

as forças de esquerda que mais consequentemente defendem a democracia e combatem a ditadura.

## Um diálogo suspeito

Que diálogo poderá haver entre uma «Aliança Democrática» dirigida por um PDC que afirma a necessidade de um governo de transição que restabeleça as liberdades democráticas, que concilie os interesses de trabalhadores e empresários num pacto social, e que convoque uma assembleia constituinte para a elaboração de uma nova constituição, com um governo cujo chefe político afirma que «até 1990 Pinochet plebiscitará o regresso à democracia» através de uma «reforma da actual Constituição» elaborada sob a ditadura?

Ou não há diálogo ou o pretendo diálogo serviria para uma «solução» que está longe de ser a exigida pelo povo chileno. Os Estados Unidos nunca andam muito longe de soluções destas, estão atentos ao desenrolar dos acontecimentos. Sem retirar o apoio a Pinochet, não descuram a possibilidade duma mudança controlada. É nesse sentido que o actual embaixador norte-americano no Chile, James Therberge, faz os possíveis para aprofundar as suas relações com alguns dirigentes do PDC. Quando Pinochet se revelar uma carta em que já não valha a pena apostar, outra estará à mão para o substituir.

Compreende-se assim a razão que assiste ao Partido Comunista Chileno quando afirma valorizar as iniciativas das diversas políticas, incluindo as que no passado apoiaram a

ditadura, e que hoje exigem que lhe seja posto termo, mas que isso não basta. É urgentemente necessário — afirma um documento do PCC — um amplo — sem excepções — acordo da oposição a Pinochet. As forças de esquerda, que desempenharam e continuarão a desempenhar um papel de destaque na luta e na coesão do povo, devem ser levadas em conta na consecução dum acordo democrático.

Consciente da existência de uma oposição reformista burguesa, que tem no PDC o seu maior expoente, e cujos objectivos divergem da oposição democrática popular no que toca à questão do futuro governo, o PCC vem insistindo para que todos os partidos se unam na luta contra o que considera dever ser no momento o objectivo principal, o derrube da ditadura, deixando para segundo plano as restantes questões em que não é possível a unidade de todos.

Como as prisões, as torturas e os assassínios cometidos nos últimos dez anos pela ditadura de Pinochet demonstram sem equívocos, o ditador não abrirá voluntariamente mão do poder. Só a acção conjugada de toda a oposição, o incremento da luta de massas permitirá a liquidação da ditadura e o regresso à democracia.

Procurar uma solução para o Chile através dos caminhos ínvios do diálogo com a ditadura e tentando marginalizar as forças de esquerda, e em primeiro lugar os comunistas, não é certamente uma inovação na política dos partidos de centro